

# AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO MEDIAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO PARA (RE) ELABORAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS DO CAMPO

*Data de submissão: 20/02/2025*

*Data de aceite: 01/04/2025*

**Elaine de Oliveira Andrade**

**Elais do Nascimento Santos**

**Franciane Rodrigues Viana**

**Raimunda Alves Melo**

**RESUMO:** Um importante passo para assegurar uma educação sintonizada com as necessidades formativas dos povos camponeses é a existência e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), um planejamento que sinaliza o caminho a ser percorrido pelos educadores, orientando a intencionalidade e o funcionamento da instituição, o trabalho pedagógico, bem como a educação almejada e o perfil de ser humano a ser formado. O presente trabalho, portanto, discorre sobre as ações desenvolvidas em âmbito do Projeto de Extensão: Mediação para a Transformação, evidenciando as suas contribuições para que gestores escolares e coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de Miguel Alves, estado do Piauí, pudessem coordenar a (re)elaboração do PPP das escolas onde atuam. Desenvolveu-se uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e utilizou-se como dispositivo de produção de dados um questionário, respondido por 24 gestores

escolares e coordenadores pedagógicos. Os resultados apontam que a formação continuada contribuiu para a ampliação de conhecimentos referentes à gestão escolar e para que esses profissionais conduzissem a (re) elaboração do PPP. No entanto, faz-se necessário que a Secretaria Municipal de Educação desenvolva contínuos processos formativos e assegure condições de trabalho para que esses profissionais possam, em parceria com os diferentes membros da comunidade escolar, implementar o PPP, efetivando o projeto de educação que se encontra explicitado no documento (re) elaborado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo. Formação Continuada. Gestão escolar.

## CONTRIBUTIONS OF THE MEDIATION EXTENSION PROJECT FOR TRANSFORMATION TO (RE)DEVELOP POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECTS OF RURAL SCHOOLS

**ABSTRACT:** An important step to guarantee an education in tune with the training needs of peasant peoples is the existence and implementation of the Political-Pedagogical Project (PPP), a plan that signals the path to be taken by educators, guiding the intentionality and functioning of the institution, the pedagogical work, as well as the desired education and the profile of the

human being to be trained. The present work, therefore, disagrees with the actions developed within the scope of the Extension Project: Mediation for Transformation, highlighting its contributions so that school managers and pedagogical coordinators of the municipal education network of Miguel Alves, state of Piauí, can coordinate the (re)elaboration of the PPP of the schools where it operates. Field research with a qualitative approach was developed and a questionnaire was used as a data production device, answered by 24 school managers and pedagogical coordinators. The results indicate that continued training contributed to the expansion of knowledge regarding school management and for these professionals to lead the (re)elaboration of the PPP. However, it is necessary for the Municipal Department of Education to develop continuous training processes and ensure working conditions so that these professionals can, in partnership with different members of the school community, implement the PPP, implementing the education project that is explained in the (re)drafted document.

**KEYWORDS:** Countryside Education. Continuing Training. School management.

## INTRODUÇÃO

A educação escolar ofertada nas comunidades rurais, por muito tempo e ainda hoje, vem sendo implementada com política compensatória, buscando “remendar” descompassos educacionais entre campo e cidade, e isso gera defasagens no processo de ensino-aprendizagem.

Sobre essa questão, o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella, afirma que, historicamente, o campo se apresenta como um cenário de precariedade decorrente da inexistência e ou ineficiência de políticas públicas, com prevalência de “ações compensatórias, programas e projetos emergenciais que desconsideram o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos-cidadãos” (UFPI, 2013, p. 14).

A partir da década de 1990, movimentos sociais e populações camponesas iniciaram um processo de luta em torno da Educação do Campo (EdoC), caracterizada por Arroyo, Caldart e Molina (2005), como uma concepção que concebe o campo como um espaço rico e diverso e, ao mesmo tempo, produtor de cultura; um paradigma que se encontra em desenvolvimento, cujas proposições vêm sendo construídas a partir da luta camponesa, com sua especificidade, singularidade, mas também com sua diversidade e suas tensões.

A Educação do Campo surgiu a partir da percepção da necessidade de superação do modelo hegemônico de Educação Rural, uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos, tendo como pressuposto um espaço rural considerado inferior e arcaico e as políticas elaboradas sem a presença e a voz dos camponeses (BRASIL, 2002). Dessa forma, a Educação do Campo visa promover a superação desta realidade, entendendo que o campo é um espaço de vida e de produção cultural, razão pela qual os processos educativos precisam considerar as necessidades sociais dos camponeses, bem como as suas especificidades.

Conforme Caldart (2005), trata-se de uma concepção de educação gestada a partir dos interesses sociais das comunidades camponesas, considerando as questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses, entre lógicas de agricultura e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Diante disso, a disponibilização de políticas educacionais específicas é de fundamental importância para a transformação e melhoria do cenário educacional camponês, merecendo destaque as ações de formação dos professores que lecionam/lecionarão nas escolas camponesas.

Com o propósito de contribuir para a formação superior específica para professores do campo, no ano de 2013, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) tornou o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) como política permanente voltada para o atendimento de “discentes oriundos da área rural, [...], para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados” (UFPI, 2013, p. 5).

O projeto pedagógico da LEdoC orienta que os processos educativos valorizem as diferentes realidades que caracterizam o cenário camponês e proporcionem a construção de posicionamentos críticos sobre a sociedade e os propósitos da educação escolar (UFPI, 2013). Aguiar e Melo (2017, p. 82) destacam que a formação no referido curso “tem como princípio metodológico e educativo a Pedagogia da Alternância, que se desenvolve em torno de dois tempos/espacos formativos: Tempo Universidade (TU), Tempo Comunidade (TC) [...]” tornando possível vivenciar relações entre teoria e prática no campus universitário, como também nas comunidades por meio de projetos desenvolvidos pelos próprios discentes com o apoio dos professores.

Neste contexto, as ações de extensão fazem parte do tripé universitário junto ao ensino e à pesquisa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que a promoção da extensão é uma das finalidades da educação superior, devendo ser “aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Com o propósito de contribuir para a produção/ampliação de conhecimentos sobre a política educacional em escolas do campo com vista à superação dos desafios de acesso, permanência e sucesso na educação básica, alguns professores e estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) vem desenvolvendo, desde 2021, o Projeto Mediação para a Transformação em cinco municípios do Piauí: Juazeiro do Piauí, Piripiri, Miguel Alves, Novo Santo Antônio e São Miguel do Tapuio.

As ações deste projeto vêm sendo implementadas por meio de uma pesquisa-ação, estruturada em três etapas e viabilizadas por meio da formação continuada. A primeira, voltada para os dirigentes municipais de educação, presidentes de conselhos de educação e coordenadores institucionais de educação do campo, visa o fortalecimento da competência técnica e liderança para a (re)organização da política educacional e do trabalho pedagógico nas escolas do campo.

A segunda, destinada aos gestores escolares e coordenadores pedagógicos, pretende ampliar conhecimentos na área da gestão do ensino e da aprendizagem e sensibilizá-los para lidar com os diversos aspectos que interferem no bom funcionamento da escola e sua relação com a comunidade, considerando os princípios propostos pela Educação do Campo. E a terceira será destinada à formação de professores, objetivando estimular o desenvolvimento de estratégias metodológicas e avaliativas diversificadas que respeitem e valorizem a cultura do campo.

O presente trabalho discorre sobre as ações desenvolvidas durante a segunda etapa do Projeto Mediação para a Transformação, com o objetivo de conhecer as contribuições deste projeto para que gestores escolares e coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de Miguel Alves - Piauí pudessem coordenar a (re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas do campo onde atuam.

## **METODOLOGIA**

Desenvolvemos a investigação norteadas pelo viés da pesquisa qualitativa, cujo método tem como uma de suas características a imersão do investigador no cenário dos pesquisados, com propósito entender as situações investigadas e conhecer como constroem a realidade onde atuam. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa corresponde a um conjunto de procedimentos utilizados pelo pesquisador com vistas a compreender os significados, valores, crenças e atitudes dos sujeitos investigados.

No processo de produção de dados, aplicamos um questionário contendo seis questões abertas e fechadas sobre o processo de reelaboração dos PPPs das escolas, que foram respondidas por 24 gestores escolares e coordenadores pedagógicos que trabalham na rede municipal de educação de Miguel Alves/PI. O questionário foi viabilizado através do Google Forms para 45 pessoas através de aplicativos de mensagens. Segundo Mota (2019), o Google Forms apresenta várias vantagens enquanto instrumento de pesquisa, entre elas: possibilidade de acesso dos pesquisados em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, organização dos dados em forma de gráficos e planilhas, proporcionando um resultado quantitativo de forma mais prática e organizada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

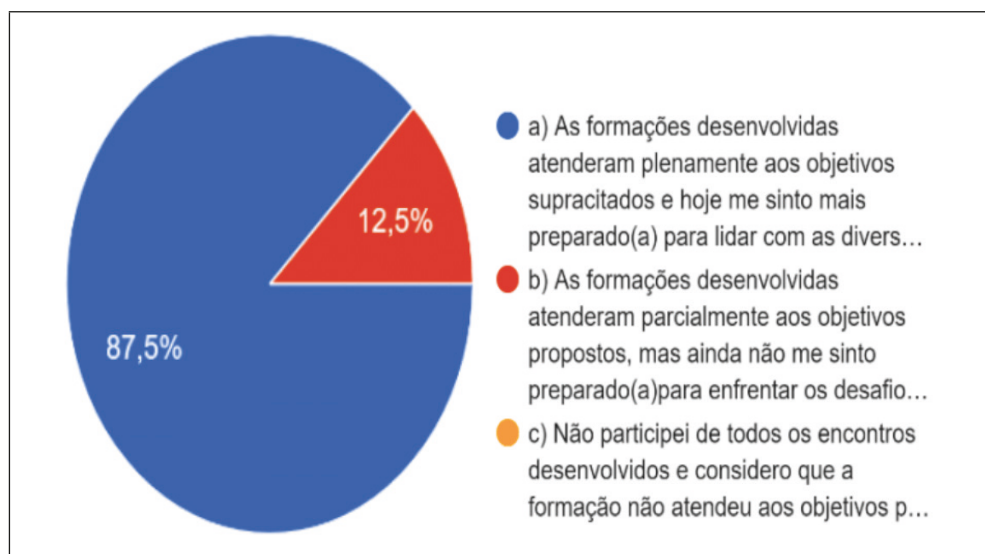
O Projeto Mediação para a Transformação contemplou ações de formação continuada destinadas a gestores escolares e coordenadores pedagógicos com os seguintes objetivos: ampliar conhecimentos e saberes na área da gestão do ensino e da aprendizagem, conhecer os diversos aspectos que interferem no bom funcionamento da escola e orientar a elaboração ou revisão dos PPPs (UFPI, 2021).

Para tanto, foram desenvolvidos dois momentos formativos, à distância, viabilizados por meio da Plataforma Google Meet e dois encontros presenciais, totalizando carga horária de 20 horas. Além disso, as equipes receberam suporte através do e-mail e telefone.

Melo et al (2020, p. 3) afirmam que a formação continuada é fundamental para o aperfeiçoamento do trabalho que se desenvolve tanto no ambiente escolar como também em outros espaços educativos, tratando-se, portanto, como “um projeto que guarda íntima relação com a formação de futuros cidadãos capacitados via educação pública”. Esses autores também destacam que os processos de formação devem estar articulados com algumas condições, sendo uma delas a procura por aquisição de competências com o intuito de melhorar os desfechos da educação desenvolvida pela instituição.

Após o trabalho formativo desenvolvido com os gestores e coordenadores pedagógicos, que envolveu atividades teóricas e práticas sobre o processo de (re)elaboração do PPP, aplicamos um questionário, com o propósito de conhecer as contribuições do Projeto Mediação para a Transformação para que pudessem coordenar esse processo nas escolas do campo onde atuam.-

Em relação aos processos de formação continuada voltados para orientação da reelaboração dos PPPs das escolas, os interlocutores afirmaram que:



**Gráfico 1** – Alcance dos objetivos da formação continuada

Fonte: dos pesquisadores (2023).

Conforme 87,5% dos participantes, as orientações realizadas durante a formação continuada contribuíram para que se sintam mais preparados para lidar com as diversas situações que surgem no ambiente escolar. Dessa forma, podemos notar a importância da formação continuada, visto que ela contribui para aquisição de conhecimentos e aperfeiçoamento de saberes para lidar com as diversas demandas que surgem no ambiente escolar. A docência, assim como a gestão e coordenação pedagógica em escolas do campo, necessitam de uma gama de conhecimentos adquiridos na graduação, mas também por meio da formação continuada. Conforme Garcia (1999, p. 26), a formação continuada:

[...] é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito de Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores - em formação ou em exercício - se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, no currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação que os alunos recebem.

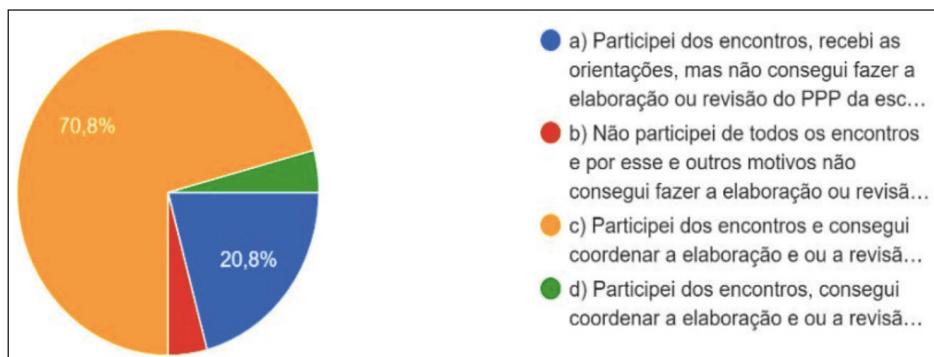
Com base nessa afirmação, salientamos que a formação continuada tanto é importante para o profissional quanto para os estudantes, haja vista que contribui para que a equipe escolar possa pensar em melhores estratégias para construir conhecimentos promovendo melhor formação para os estudantes.

Ao tratar sobre as especificidades da formação continuada de professores para atuação nas escolas do campo, Santos (2009) afirma que esta deve ser desenvolvida em estreita relação com outras políticas educacionais para o campo. Isso é necessário, pois, conforme o autor, a mudança na forma de organização das escolas, assim como o trato com o conhecimento e o resgate das condições de trabalho do professor implica em uma conjuntura de fatores em que a formação continuada deve assumir contornos de natureza político-social, dando aos educadores a perspectiva de autonomia didático-científica para a construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico do campo.

Desse modo, a formação continuada dos profissionais da educação que atuam em escolas do campo é fator fundamental não apenas para promover a aprendizagem dos estudantes, mas também para desenvolver um trabalho político-social e de valorização das riquezas e potencialidades existentes no campo.

Um importante aspecto para desenvolver uma prática pedagógica que dialogue com os propósitos da Educação do Campo é dispor de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) elaborado coletivamente a partir do engajamento dos diferentes membros da comunidade escolar. Este documento, composto por um conjunto de ações intencionais, deve se constituir como o marco orientador do processo educativo.

A respeito da participação desses profissionais nos encontros formativos destinados a elaboração ou revisão do PPP da escola, os dados encontram-se explicitados na Gráfico 2.



**Gráfico 2 – Formação e (re)elaboração dos PPPs**

Fonte: dos pesquisadores (2023).

Conforme o Gráfico 2, 70,8% informaram que participaram dos encontros de formação e, a partir dos conhecimentos adquiridos, conseguiram (re) elaborar o PPP com o apoio dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Ao longo dos processos formativos, dos quais participamos foi possível perceber que o processo se constituiu em uma excelente oportunidade para ressignificação de crenças e valores, bem como de socialização de conhecimentos sobre Educação do Campo, favorecendo, assim, novas ações dentro das instituições.

É importante que as instituições de ensino tenham um PPP, pois segundo Rocha, Bueno e Braga (2022, p. 4020), este instrumento se traduz como

[...] uma ação com uma intenção, com um sentido claro, com compromisso estabelecido de modo coletivo. O Projeto Político Pedagógico da escola é um projeto político, articulado e compromissado sócio-politicamente com os interesses reais e coletivos da população majoritária, bem como no sentido de formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico, pois define as práticas educacionais, as características indispensáveis para que às escolas cumpram seus objetivos e sua intencionalidade. Desse modo, é político e pedagógico com significados inseparáveis.

A respeito da elaboração ou revisão do PPP da escola, Luck (2009, p. 38) esclarece que é responsabilidade de todas as instituições de ensino a elaboração e execução de sua proposta pedagógica em cumprimento aos artigos 12 e 14 da Lei n. 9.394/96. Dessa forma, o PPP não “é apenas um documento, tampouco uma orientação didática, ele é uma garantia legal inclusa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, [...] que prevê, em especial, a autonomia escolar para elaborar sua proposta pedagógica”. (BATISTA; QUADROS, 2020, p. 2).

O PPP é composto por “um conjunto de diretrizes que direciona o processo pedagógico intencional a ser promovido pela instituição educativa, mediante a contribuição de seus professores e demais membros da comunidade escolar”. (LUCK, 2009, p. 38). Ele orienta a prática educativa escolar norteando a “ação educativa da instituição educacional em sua totalidade, explicitando os fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e dos modos de implementar e avaliar a instituição educacional”, como afirmam Rocha, Bueno e Braga (2022, p. 4021).

No entanto, não basta somente dispor dessa ferramenta enquanto documento formal, é necessário que educadores, educandos e gestores conheçam, discutam continuamente suas proposições e desenvolvam práticas pedagógicas em sintonia com suas orientações, ou seja, que o PPP seja vivenciado como processo orientador das práticas educativas. Dessa forma, faz-se necessário a realização de contínuos processos de formação para que a comunidade escolar se aproprie das proposições do PPP e desenvolva as práticas educativas em consonância com tais proposições. Back (2013, p. 3), ao tratar sobre PPP, salienta que:

O Projeto Político Pedagógico deve representar o compromisso de determinado grupo com a trajetória do cenário educacional. Há necessidade de clareza sobre a força e limites do estudo. A corporeidade do projeto acontece na interação entre os sujeitos que formam a escola e que são os professores, alunos, equipe pedagógica, direção da escola, pais e funcionários integrantes da comunidade escolar.

Ao discutir o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo, Caldart (2005, p. 15-23) afirma que o processo de construção deste projeto deve se realizar a partir do diálogo em torno de “uma concepção de ser humano, cuja formação é necessária para a própria implementação do projeto de campo e de sociedade que integra o projeto da Educação do Campo”.

“O projeto da Escola do Campo é, portanto, a expressão do compromisso de construção de uma nova realidade de educação” (BACK, 2013, p. 4), tornando possível que a escola conheça e se aproprie de uma “nova” realidade, uma vez que as ações realizadas para a construção e revisão do PPP proporcionam reflexões sobre projeto de educação a ser implementado.

Todos os interlocutores informaram reconhecer a importância da formação continuada como suporte para a elaboração ou revisão dos PPPs.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Licenciatura em Educação do Campo surgiu a partir da necessidade de garantir políticas específicas voltadas para a formação de professores do campo, valorizando as diferentes realidades que caracterizam o cenário camponês, bem como uma educação que proporcione a construção de posicionamentos críticos sobre a sociedade e os propósitos da educação escolar.

O Projeto Mediação para Transformação vem contribuindo para uma melhor organização das escolas do campo no município de Miguel Alves/PI. A segunda etapa deste projeto, destinada aos gestores escolares e coordenadores pedagógicos, com a pretensão de ampliar conhecimentos na área da gestão do ensino e da aprendizagem para que conduzissem a (re) elaboração do PPP, possibilitou a ampliação de conhecimentos e saberes referentes à realidade escolar, à área da gestão e à importância desse documento para melhor organização e norteamto da prática educativa escolar.

No entanto, faz-se necessário que a Secretaria Municipal de Educação desenvolva contínuos processos formativos para que gestores escolares e coordenadores pedagógicos possam, em parceria com os diferentes membros da comunidade escolar, implementar o PPP efetivando o projeto de educação que se encontra explicitado neste documento.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. W. S. de; MELO, K. R. A. Perfil de comunidades camponesas atendidas pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI/Campus Teresina. In: MELO, K. R. A.; MELO, R. A.; CATAPRETA, J. C. A. (Orgs.). **Saberes e fazeres da Educação do Campo**: reflexões sobre a formação de professores e a prática educativa. Teresina: Edufpi, 2017.

ARROYO, M. G.; CALDART, S. R.; MOLINA M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BATISTA, E. A de L.; QUADROS, S. C de O. Projeto Político Pedagógico: Uma revisão sistemática. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 17, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38917>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 1, de 03 de abril de 2002**. Estabelece as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF: MEC/SEB, 2002. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN12002.pdf?query=PLENA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN12002.pdf?query=PLENA). Acesso em: 28 out. 2022.

BACK, G. Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo localizadas no município de Piraquara – PR. 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/posteres/p36-projeto-politico-pedagogico-das-escolas-do-pdf>> Acesso em: 24 mar. 2023

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; AZEVEDO, J. S. M. S. (Org.). **Educação para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 5. ed. Brasília: UnB, 2005. p. 13-52.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MELO, L. L; MIRANDA, N. A. de; BARBOZA, I. G; SARTORI, T. L. Formação continuada de gestores escolares. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 12, n. 28, p. 10 – 23, set./dez. 2020. Disponível em: [https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/6639/pdf](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/6639/pdf) >. Acesso em: 25 mar. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; São Paulo: Hucitec, 2009.

MOTA, J. da S. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.12, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/ACER/Downloads/1106-Texto%20do%20artigo-5581-3-10-20191011.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

ROCHA, S. S. de S. ; BUENO, C. A. M. R. ; BRAGA, M. A. A. . O projeto político pedagógico como instrumento da gestão escolar na perspectiva da escola cuiabana. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 4019–4039, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7351>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTOS, C. A. dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil**: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Mediação para a Transformação**. Teresina, 2021, 20 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Proposta Pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza**. Teresina, 2013, 86 p.